



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
CAMPUS AMAJARI

Departamento de Administração e Planejamento
Rodovia Antonino Menezes da Silva (antiga RR 342), vicinal que liga a Balsa de Aparecida à Vila Brasil Km 03, None,
AMAJARI - RR, CEP 69343-000 , Sem Telefones cadastrados
www.ifrr.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)
COVID-19
(Processo Administrativo n.º 23254.000101.2020-56)

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de equipamentos de informática para oferta de atividades escolares não presenciais aos estudantes da unidade do IFRR e atividades remotas de servidores, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | IDENTIFICAÇÃO CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE MÍNIMA | QUANTIDADE MÁXIMA |
|------|--|-------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|
| 1 | Notebook com as características mínimas e contendo: Processador: Intel® Core™ i5-8259U; Especificações do processador: Velocidade 2.30 GHz a 3.80 GHz; Memória Cache 6 MB Intel® Smart Cache; Memória RAM: 8GB; Clock da memória 8GB (4 GB soldados + 4 GB) tipo DDR4; Hard Disk: Capacidade do HD 1TB; Velocidade de rotação - 5400 RPM - SATA 6GB/s; Sistema operacional: Windows 10 Versão do sistema Home; Tipo de tela: LCD, LED, Painel TN, Tamanho mínimo da tela 15,6", Resolução da tela HD, Formato de tela - Widescreen; Placa de vídeo: Tipo Integrada, Modelo Intel HD Graphics; Conexões: No mínimo 01 HDMI, 01 USB 3.0, 02 USB 2.0; Placa wireless-Sim; Leitor de cartões - Cartão SD; Placa de rede Gigabit Ethernet 10/100/1000; Teclado: Teclado tipo membrana padrão ABNT II com teclado numérico dedicado; Touchpad multi-gestual com suporte aos comandos de produtividade do Windows 10; Som e vídeo: Alto falantes digitais estéreo; Microfone digital integrado; Webcam integrada; Bateria: Tipo- Bateria de 2 células (Li-íon) -37 Wh, 4810 mAh, | 460338 | UND | 179 | 380 |

| | | | | | |
|---|--|--------|-----|-----|-----|
| | 7.7; Duração da bateria de no mínimo 7 horas; Alimentação: Fonte Adaptador AC de 3 pinos (45W) com cabo de padrão INMETRO bivolt; Voltagem da fonte Bivolt. Garantia do fabricante: Garantia mínima de 1 ano. | | | | |
| 2 | Maleta para o notebook; com as características mínimas: Mochila para transporte de notebook; Cor: Preto; Dimensões (LxPxA): 39.9 cm x 3.07 cm x 7.87 cm; Peso: 0.55 kg; Compatibilidade com Notebook: Compatível com a maioria dos notebooks de até 15.6" (Dimensões máximas do notebook: 380mm x 260mm x 25mm); Características: Alça para ombro ajustável, alça de ombro almofadada, Alça de mão acolchoado, Alça de transporte, Suporte manual, alça para carregar no ombro; Garantia do fabricante: Garantia mínima de 1 ano. | 357224 | UND | 179 | 380 |
| 3 | Mouse com as características mínimas: Mouse computador, tamanho: padrão, sensor: led, tipo conector: usb, conectividade: com fio. Garantia do fabricante: Garantia mínima de 1 ano. | 457752 | UND | 179 | 380 |
| 4 | Pen Drive com as características mínimas: PEN DRIVE, Capacidade de armazenamento de 64 GB, com velocidade de leitura de (no mínimo) 100 MB/s e gravação de (no mínimo) 10 MB/s, interface USB versão mínima 3.0, compatível com Windows XP e superiores, Linux v2.6 ou superior e Android. Garantia do fabricante: Garantia mínima de 1 ano. | 443472 | UND | 170 | 450 |

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

| Órgão Gerenciador: Campus Amajari - UG: 158510 | | | | |
|--|----------------------|-------------------|------------|------------|
| Item | Descrição | Unidade de medida | Qt. Mínima | Qt. Máxima |
| 1 | Notebook | UND | 120 | 240 |
| 2 | Maleta para Notebook | UND | 120 | 240 |
| 3 | Mouse USB | UND | 120 | 240 |
| 4 | Pen Drive 64 GB | UND | 120 | 240 |
| | | | | |
| Órgão Participante: Reitoria - UG: 158152 | | | | |
| Item | Descrição | Unidade de medida | Qt. Mínima | Qt. Máxima |
| 1 | Notebook | UND | 09 | 30 |
| 2 | Maleta para Notebook | UND | 09 | 30 |

| | | | | |
|--|----------------------|-------------------|------------|------------|
| 3 | Mouse USB | UND | 09 | 30 |
| Órgão Participante: Campus Novo Paraíso - UG: 158351 | | | | |
| Item | Descrição | Unidade de medida | Qt. Mínima | Qt. Máxima |
| 1 | Notebook | UND | 20 | 50 |
| 2 | Maleta para Notebook | UND | 20 | 50 |
| 3 | Mouse USB | UND | 20 | 50 |
| 4 | Pen Drive 64 GB | UND | 20 | 150 |
| Órgão Participante: Campus Avançado Bonfim - UG: 158351 | | | | |
| Item | Descrição | Unidade de medida | Qt. Mínima | Qt. Máxima |
| 1 | Notebook | UND | 30 | 60 |
| 2 | Maleta para Notebook | UND | 30 | 60 |
| 3 | Mouse USB | UND | 30 | 60 |
| 4 | Pen Drive 64 GB | UND | 30 | 60 |

1.2 (Supressão).

1.3 (Supressão).

1.4 (Supressão).

1.5 O contrato terá vigência pelo período de 06 (meses), prorrogável por períodos sucessivos, enquanto vigorar o Estado de Calamidade Pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

1.6 De acordo com a lei complementar 123/2006, atualizada pela LC 147/2014, combinada com o decreto 8.538/2015, atualizada pelo decreto 10.273/2020, os itens cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), o processo licitatório será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

1.7 Como os itens não poderão ser entregues de forma parcelada em função dos quantitativos definidos, não haverá quantitativos separados para cotas conforme lei complementar 123/2006, atualizada pela LC 147/2014, combinada com o decreto 8.538/2015, atualizada pelo decreto 10.273/2020.

1.8 São parte integrante desde documento e estará em forma de anexo o Estudo técnico Preliminar, as minutas de Ata de Registro de Preço e do Contrato, vinculando todos os requisitos da solução.

2. JUSTIFICATIVA SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

2.1 Considerando que devido à situação de calamidade pública criada pela pandemia do Coronavírus, não foi possível a execução das ações que estão previstas nos itens II e III, do § 1º, Art. 3º, do decreto 7.234/10, definidas nas linhas de ação de assistência estudantil pelo PNAES, resultando assim na não execução dos créditos da ação Assistência ao Estudante e, consequentemente, no replanejamento para a ação V, inclusão digital, prevista no mesmo artigo, definidas nas linhas de ação de assistência estudantil pelo PNAES;

2.2 Considerando a situação de calamidade pública criada pela pandemia do Coronavírus, a adoção do isolamento social como estratégia proteger estudantes e trabalhadores da educação da transmissão do SARS-CoV-2 e, consequentemente, o redimensionamento do fazer na educação e das atividades administrativas por meio do trabalho remoto, valendo-se massivamente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs);

2.3 Possibilitar a qualidade da utilização dos recursos tecnológicos pelos alunos, no período da pandemia do coronavírus;

2.4 Minimizar situações segregadoras e/ou excludentes no campo educacional, mantendo o acesso, permanência e êxito;

2.5 Garantir a oferta dos componentes curriculares aos estudantes do por meio do Ensino Remoto Emergencial atualmente adotado pelos docentes, situação que será viabilizada por meio do Apoio à Inclusão Digital, conforme previsto na Resolução n.º 486-CONSELHO SUPERIOR, de 14 de janeiro de 2020;

2.6 Viabilizar a aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades das propostas pedagógicas dos cursos, além de serem expressões do direito educacional que dentre outros, se amparam nos seguintes dispositivos legais:

2.7 A Constituição Federal de 1988 afirma que a educação é dever do Estado e da família (Art. 205, caput), tendo como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (Art. 206, I); No Art. 6º dessa Carta Magna que sustenta a educação no rol dos Direitos Sociais;

2.8 Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996) que ampara princípios da assistência estudantil no instante em que o Artigo 2º e 3º versam respectivamente que:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (grifos nossos);

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

X - valorização da experiência extra-escolar (Grifos nossos);

2.9 Espera-se que a aquisição dos equipamentos propostos contribua para o alcance dos objetivos e demandas institucionais por meio de sua disponibilidade e a utilização oportuna, sustentável e eficiente. Além de oferecer serviços de Tecnologia da Informação eficiente, eficaz e de qualidade para o IFRR, contribuindo assim no desenvolvimento de atividades por meio de ferramentas adequadas e melhorar a qualidade do atendimento a demandas remotas por meio produtos e serviços de TI.

2.10 Como regra, deve ser realizada a divulgação da Intenção de Registro de Preços pelos órgãos e entidades do SISG. Entretanto, o campus Amajari não possui estrutura administrativa para atuar como gerenciador da Ata de Registro de Preços para vários órgãos da administração pública, além do que, o objeto do SRP somente interessará o próprio órgão, devido suas características, justificando assim, a dispensa da IRP.

2.11 Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, em até cinquenta por cento do quantitativo. Esta autorização buscar uma economia em escala para futura contratações pelos órgãos públicos.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A descrição da solução como um todo, abrange a aquisição de bens eletrônicos de informática que possibilitem acesso à plataforma virtual de aprendizagem e realização das atividades acadêmicas não presenciais pelos estudantes da unidade do IFRR, com o objetivo de acautelamento aos alunos matriculados, em função da situação de excepcionalidade da pandemia do coronavírus, assim como a execução de atividades remotas por servidores.

3.1.1 Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

3.1.1.1 Item 1 - Notebook:

| PLACA PRINCIPAL | |
|--|---------|
| Possuir instruções que implementem extensões de virtualização de I/O; | Exigido |
| Suporte ao Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior. Serão aceitas as formas de implementação do TPM: discreta, integrada e de firmware. | Exigido |
| BIOS | |
| Tipo flash EPROM, atualizável por software, compatível com o padrão <i>plug-and-play</i> , sendo suportada a atualização remota da BIOS por meio de software de gerenciamento; | Exigido |
| Deverá possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS; | Exigido |
| Suportar <i>Boot</i> por dispositivos USB e por rede; | Exigido |
| Permitir a inserção de código de identificação do equipamento na própria BIOS (número do patrimônio e número de série); | Exigido |
| Serão aceitas BIOS com reprogramação via software desde que estes estejam devidamente licenciados para os equipamentos e constantes na mídia de <i>drivers</i> e aplicativos que deverá vir com os equipamentos, podendo ser disponibilizado também via <i>download</i> no sítio do fabricante do equipamento; | Exigido |
| PROCESSADOR | |
| 64 bits, compatível com x86, com extensões de virtualização; | Exigido |

| | |
|---|---------|
| Quantidade mínima de núcleos reais | 4 |
| Quantidade mínima de Threads | 6 |
| Pontuação mínima de desempenho no benchmark PCMark 10 Express - Pontuação Total (Overall Score) | 3600 |
| Suporte ao gerenciamento remoto com base nas especificações DASH (<i>Desktop</i> | Exigido |

| | |
|--|--------------------|
| and Mobile Architecture for system Hardware) 1.2 ou superior. | |
| O modelo do processador ofertado deverá ser explicitado na proposta de fornecimento. O processador deverá estar em linha de produção pelo fabricante e ter sido lançado a partir de janeiro de 2018, inclusive. Não serão aceitos processadores descontinuados. | Exigido |
| MEMÓRIA RAM | |
| Barramento DDR4-2666 MHz ou superior; | Exigido |
| Deverá ter capacidade instalada de no mínimo | 8 GB |
| INTERFACES DE REDE | |
| Controladora de rede de interface RJ-45 compatível com os padrões <i>Ethernet, Fast-Ethernet</i> e <i>Gigabit Ethernet</i> (10/100/1000), <i>autosense, full-duplex</i> e <i>plug-and-play</i> , configurável totalmente por <i>software</i> e com função <i>wake-on-lan</i> ; | Exigido |
| Controladora integrada de rede wireless b/g/n/ac (pelo menos); | Exigido |
| Bluetooth 4.0 ou superior; | Exigido |
| Não será aceita solução USB para as interfaces de conectividade. | Exigido |
| INTERFACES DE ÁUDIO | |
| Controladora de áudio estéreo de, no mínimo, 16 bits, <i>full duplex</i> , com conectores para <i>mic-in</i> e <i>line-out</i> , sendo aceito conector do tipo combo (headset); | Exigido |
| Não será aceita solução USB para interfaces de áudio. | Exigido |
| INTERFACES DE GRÁFICOS | |
| Controladora de vídeo | Integrada |
| Suporte a alocação e fornecimento de memória mínima. | 1 GB |
| Suporte à resolução de 1920x1080 ou superior, com profundidade de cores de 32 bits de forma independente (imagens diferentes em cada monitor), com taxa de atualização mínima de 60 Hz e padrão <i>plug-and-play</i> ; | Exigido |
| Driver de vídeo compatível com WDDM (<i>Windows Display Driver Model</i>); | Exigido |
| Com suporte à API Microsoft DirectX 12 ou superior; | Exigido |
| CONEXÕES | |
| Mínimo de 3 (três) portas USB e pelo menos 1 (uma) sendo USB 2.0 Tipo C e duas portas USB 3.0 Tipo A ou superior; | Exigido |
| HDMI ou USB tipo C com suporte ao Display Port; | Exigido |
| UNIDADES DE ARMAZENAMENTO | |
| Unidade de armazenamento de estado sólido HD (hard disk) interna. | Exigido |
| Velocidade de rotação mínima - 5.400 RPM - SATA 6 GB/S. | Exigido |
| Capacidade nominal de armazenamento HD: (mínimo) | 1 TB |
| FONTE DE ALIMENTAÇÃO E BATERIA | |
| A fonte deverá aceitar tensões de 110/220 Volts, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa mãe, possuindo potência de 90 Watts ou menos; | Exigido |
| A bateria deverá ter capacidade de carga de pelo menos 40Wh. | Exigido |
| DIMENSÕES | |
| Tela (dimensão mínima) | 15.6" Polegadas |
| SEGURANÇA E CONSERVAÇÃO | |
| Deve possuir fenda (slot) de segurança tipo "kensington" ou "noble wedge"; | Exigido |
| Deve ser fornecido cabo com trava de segurança compatível, que não conflite, em termos de espaço, com os conectores das interfaces adjacentes; | Exigido |
| Deve ser acompanhado de maleta para transporte, que comporte o equipamento, acessórios e fonte de alimentação. | Exigido |
| TECLADO | |
| Padrão ABNT-2, com todos os caracteres da língua portuguesa, inclusive "ç." | Exigido |
| A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste | Exigido |

| | |
|--|---------|
| por abrasão ou uso prolongado. | |
| Teclado retro-iluminado, alfanumérico com 12 teclas de função. | Exigido |

| | |
|--|---------|
| TOUCHPAD | |
| Dispositivo apontador do tipo touchpad, multi-touch, com dois botões além de função de rolagem; | Exigido |
| KIT DE ÁUDIO E VÍDEO | |
| Deverá ser fornecido 01 (um) Kit de áudio composto por no mínimo 01 Controladora de som onboard e 02 Alto-falantes e 01 Microfone por notebook. | Exigido |
| A controladora de som deverá ser onboard, contendo 01 (uma) saída amplificada para canais estéreos e 01 (uma) entrada para microfone ou combo de áudio única saída). | Exigido |
| Os Alto falantes deverão estar integrados ao gabinete do notebook com amplificador de sinal. | Exigido |
| O Microfone deverá estar integrado ao gabinete do notebook | Exigido |
| Deverá ser fornecido 01 (uma) Webcam integrada ao gabinete do notebook | Exigido |
| A Webcam deverá possuir resolução mínima 0.92 Megapixel (720p) | Exigido |
| CERTIFICAÇÕES E COMPATIBILIDADE | |
| Deverá vir acompanhando a proposta, cópia do atestado de conformidade, para o equipamento, emitido por um órgão credenciado INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o equipamento está em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment); | Exigido |
| Deverá possuir atestado de conformidade EPEAT em qualquer nível; ou, alternativamente à comprovação de conformidade com certificado EPEAT, apresentação da certificação ISO 14001; | Exigido |
| Demonstrar (mediante apresentação de catálogos, especificações, manuais, etc) que os equipamentos fornecidos, periféricos, acessórios e componentes da instalação não contém substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia Restriction of Certain Hazardous Substances RoHS (IN nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão); | Exigido |
| Deverá vir acompanhado de certificado de compatibilidade com o sistema operacional Windows 10. | Exigido |
| Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado se responsabiliza pelo mecanismo de logística reversa. Será apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado responsabilizando-se, pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos. | Exigido |
| SISTEMA OPERACIONAL | |
| Deverá ser fornecida licença do Sistema Operacional Microsoft Windows 10, versão Profissional 64 bits, com build atualizada à ocasião da entrega, em modalidade OEM, pré- instalada na imagem oferecida pela CONTRATANTE, acompanhada de todos os drivers de dispositivos do equipamento fornecido; | Exigido |
| GARANTIA | |
| A bateria deverá possuir uma garantia técnica de no mínimo 12 meses; O período de Garantia Técnica, excluindo a bateria, deve ter o mínimo de 12 (doze) meses; | Exigido |

3.1.1.2 Item 2 - Maleta para transporte de Notebook:

| | |
|--|---------|
| Compatibilidade com notebook de até 15.6 polegadas | Exigido |
| Material resistente | Exigido |
| Garantia de no mínimo 12 (doze) meses | Exigido |

| | |
|-------------------------------|---------|
| Alça almofada para transporte | Exigido |
| Na cor preta | Exigido |

3.1.1.3 Item 3 - Mouse computador:

| | |
|---------------------------------------|---------|
| Tamanho padrão | Exigido |
| Sensor LED | Exigido |
| Garantia de no mínimo 12 (doze) meses | Exigido |
| Tipo de conector USB | Exigido |
| Conectividade com fio | Exigido |

3.1.1.4 Item 4 - Pen Drive(64 GB):

| | |
|--|---------|
| Capacidade de armazenamento mínima de 64 GB | Exigido |
| Velocidade de leitura mínima 100 MB/s | Exigido |
| Gravação de no mínimo 10 MB/s | Exigido |
| Interface USB versão mínima 3.0 | Exigido |
| Compatível com Windows XP e superiores, Linux v2.6 ou superior e Android | Exigido |
| Garantia de no mínimo 12 (doze) meses | Exigido |

| Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC | |
|---|--|
| 1 | Os computadores e acessórios devem possuir a capacidade adequada para atender as necessidades específicas demandadas: para atendimento dos discentes e servidores. |
| 2 | Deverá vir acompanhado de todos os itens necessários ao seu pleno funcionamento, como software, hardwares, serviços licenciados, etc. |
| 3 | Deverá ser fornecido com serviço de instalação quando aplicável. |
| 4 | Deverá oferecer suporte para todos os produtos adquiridos pelo período mínimo de 1 ano. |
| 5 | Deverá vir com todas as licenças necessárias ao uso da solução, de uso perpétuo, com atualizações gratuitas durante o período de suporte. |
| 6 | Deverá possuir garantia mínima de 1 ano pelo fabricante |

3.2 Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

3.3 (Supressão).

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1 Trata-se de bem comum a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, com fulcro no art. 4º-G da Lei nº 13.979/20.

4.2 Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1.º da Lei nº 10.520, de 2002, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos no estudo técnico preliminar e no termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 O regime da execução dos contratos é empreitada por preço unitário, e o tipo e critério de julgamento da licitação é o menor preço para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

5.1.2 A empresa licitante deverá apresentar 01 ou mais atestados de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de

direito público ou privado, dentro de seu prazo de validade, atestando que forneceu bens semelhantes ao objeto desta licitação. O atestado deverá estar em papel timbrado, com nome, endereço do contratante, conter a identificação da assinatura e um telefone para contato com o declarante.

5.1.3 Os atestados deverão referir-se a fornecimento de equipamentos como notebooks entregues no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

5.1.4 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

5.1.5 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.1.6 O contrato terá vigência pelo período de 06 (meses), prorrogável por períodos sucessivos, enquanto vigorar o Estado de Calamidade Pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

5.1.7 A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

5.1.8 Após a entrega por parte da CONTRATADA, considerando a conformidade dos equipamentos ofertados e às especificações contidas neste Termo de Referência e anexos, deverá ser elaborado o Termo de Recebimento Provisório, conforme ANEXO I - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, a ser assinado por representantes designados pela CONTRATADA. Neste momento será acordado entre as partes o período para a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme ANEXO II - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

5.1.9 A comunicação entre a contratante e a contratada será realizada, de preferência, por meio de comunicação escrita, seja através de mensagens eletrônicas e/ou por documentos oficiais utilizados por ambas as partes.

5.1.10 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.1.11 Serão analisados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

5.1.11.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

5.1.11.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.1.11.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.1.11.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.1.12 A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do Termo de Referência.

5.1.13 Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

5.1.14 Para a solução envolvida na contratação, a CONTRATADA deverá prestar garantia de funcionamento dos equipamentos durante o período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

5.1.15 O Prazo de Garantia de Funcionamento é o período em meses, dentro do qual, nas condições registradas na Proposta Técnica e constantes do respectivo Termo de Garantia, a CONTRATADA compromete-se em manter os equipamentos por ela fornecidos em perfeito funcionamento, configurados da forma especificada e nas condições e configurações constantes deste Termo de Referência.

5.1.16 As peças que apresentarem vícios no período de vigência da garantia devem ser substituídas por outras novas, de primeiro uso e apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento;

5.1.17 Durante o prazo de garantia de funcionamento, a contratada prestará serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças originais, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem ônus adicionais para o IFRR;

5.1.18 A prestação desta garantia deverá seguir as seguintes condições:

5.1.18.1 Os custos de transporte do(s) equipamento(s) para execução da garantia, correrão por conta da CONTRATADA;

5.1.18.2 Os custos de transporte a que se refere o item anterior devem contemplar o envio para a assistência técnica a partir da unidade educacional (ponto de entrega), bem como o retorno até a mesma após o reparo ou substituição do equipamento;

5.1.18.3 Os chamados deverão ser resolvidos em até 15 (quinze) dias úteis, contados do primeiro dia útil seguinte à abertura do chamado. Findo o prazo sem que a solução do problema seja solucionada, deverá a contratada disponibilizar equipamento de especificação igual ou superior a título de backup, não ultrapassando o prazo máximo de 30 (trinta) dias;

5.1.18.4 Deverá ser disponibilizado ao IFRR, o serviço de atendimento a clientes, visando abrir chamados e acionar a assistência técnica, funcionando em horário comercial, através de telefone, emails, podendo a empresa disponibilizar abertura de chamados pela internet;

5.1.18.5 Os serviços deverão ocorrer de acordo com instruções a serem dadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação ou por servidor designado para esse fim. A realização dos serviços previstos será acompanhada por profissional designado pela CTI;

5.1.19 Deverá ser fornecido (manuais, termos de garantia, etc), em português, caso exista, necessários à instalação e a operação dos equipamentos.

5.1.20 A CONTRATADA deverá, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, assinar um termo de responsabilidade pela garantia dos equipamentos, independente da garantia do fabricante.

5.1.21 Os equipamentos deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, sem amassados, arranhões ou outros problemas físicos.

5.1.22 Não haverá necessidade de capacitação, no entanto o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português ou em inglês, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

5.1.23 Considerando as condições usuais de fornecimento de energia elétrica no Brasil, no que trata à tensão de entrada, serão consideradas atendidas por qualquer valor entre 100 e 127V, inclusive, as exigências de 110 e 115V; analogamente, serão consideradas atendidas por qualquer valor entre 200 e 220V, inclusive, as exigências de 220V;

5.2 A execução do contrato será iniciada no ato de sua assinatura.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1 O prazo de entrega dos bens é de 60 (sessenta) dias, contados do (a) recebimento da nota de empenho, em remessa (única), nos seguintes endereços:

6.1.1 Campus Amajari: Endereço: Rodovia Antônio Menezes da Silva, (Antiga RR 342), KM 03, Vila Brasil, Amajari - RR, CEP 69.343-000;

6.1.2 Campus Avançado Bonfim: Endereço: Av. Tuxaua Fárias, s/n , Bairro 13 de maio, Bonfim-RR, CEP 69.380-000;

6.1.3 Campus Novo Paraíso: Endereço: BR 174, KM 512, Vila Novo Paraíso, Caracarái - RR, CEP 69.365-000;

6.1.4 Reitoria do IFRR: Endereço: Rua Fernão Dias Paes Leme, Nº 11, Bairro Calungá, Boa Vista-RR, CEP 69.303.220.

6.2 (Supressão).

6.3 Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30(trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.5.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta

execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 São obrigações da Contratante:

7.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a:

8.1.1.1 Marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

8.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.11.2 Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 4º-F da Lei nº 13.979/20, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal (salvo a comprobatória de regularidade trabalhista), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

12.12 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a

retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

13. (Supressão).

14. DO REAJUSTE

14.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.7 O reajuste será realizado por apostilamento.

15. (Supressão).

16. (Supressão).

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.2 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.3 Comportar-se de modo inidôneo;

17.1.4 Cometer fraude fiscal;

17.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

17.2.3 Multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

17.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

17.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.6.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Termo de Referência.

17.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3 As sanções previstas nos subitens acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

17.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

17.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

18.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 1.652.556,30 (um milhão seiscentos e cinquenta e dois mil quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos).

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1 Campus Amajari: Fonte de Recursos: Programa de Trabalho: 12363501229940014 - Assistência aos Estudantes das Instituições no Estado de Roraima, PTRES: 171128 e Nat. Desp: 449052-41.

19.2 Campus Novo Paraíso: Programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica, Ação 2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições ou Programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica, Ação 20RL – Funcionamento das Instituições. A classificação orçamentária será detalhada pelo Departamento de administração e Planejamento do Campus Novo Paraíso, a qual constará nos autos do Processo Administrativo;

19.3 Campus Avançado Bonfim: Programa 5012 – Educação Profissional e Tecnológica, Ação 2994 – Assistência aos Estudantes das Instituições e Plano Orçamentário 0001 - Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil;

19.4 Reitoria: Fonte de Recursos: Programa de Trabalho: 12363501220RL0014 - Funcionamento das Instituições da Rede no Estado de Roraima, PTRES: 171127 e Nat. Desp: 449052-41.

Amajari - RR, 27 de novembro de 2020.

INTEGRANTE TÉCNICO

Anderson Menezes de Alcantara
Matrícula/SIAPE: 3006416

INTEGRANTE REQUISITANTE

Daniel Dias Rodrigues
Matrícula/SIAPE: 2325201

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Diego Jose Sales de Araujo
Matrícula/SIAPE: 2113916

AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL - § 3º do art. 11)

George Sterfson Barros
Ordenador de despesas
Matrícula/SIAPE: 6706343

ANEXO I

MODELO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO - COVID-19 (LEI 13.979/20)

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O(A) IFRR E A EMPRESA
.....

A União, por intermédio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima - Campus Amajari - Autarquia Federal, com sede na RR-342, KM 03, na cidade de Amajari - RR, inscrito no CNPJ nº 10.839.508/0004-84, neste ato representando pelo Diretor Geral, o Sr. GEORGE STERFSON BARROS, inscrito no CPF sob o nº 047.575.212-00, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de equipamentos de informática para oferta de atividades escolares não presenciais aos estudantes da unidade do IFRR, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência/Projeto Básico.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão e seus anexos, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Discriminação do objeto:

| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | IDENTIFICAÇÃO CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR |
|------|-----------------------------|-------------------------|----------------------|------------|-------|
| 1 | | | | | |
| 2 | | | | | |
| 3 | | | | | |
| ... | | | | | |

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 06 (seis) meses, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto vigorar o Estado de Calamidade Pública de que trata o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

5. CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Projeto Básico/Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE

6.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico/Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO

12.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.3 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial **atualizado do contrato, nos termos do artigo 4º-I, da Lei n. 13.979/2020.**

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas estabelecidas na Lei n. 13.979/2020, na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE, no prazo de cinco dias úteis contados da assinatura deste instrumento, providenciar a disponibilização, em sítio oficial específico na rede mundial de computadores (internet), de extrato do presente contrato, bem como das informações previstas no art. 4º, §2º, caput e incisos I a V da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, observados, no que couber, os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17.1 É eleito o Foro da cidade de Boa Vista - Roraima para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Amajari - RR, 27 de novembro de 2020.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

ANEXO II

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - COVID-19

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (COVID-19)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA
Campus Amajari

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º 001/2020

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Roraima - Campus Amajari, com sede na Rodovia Antonino Menezes da Silva, KM 03, na cidade de Amajari - RR, inscrito no CNPJ nº 10.839.508/0004-84, neste ato representando pelo Diretor Geral Pro tempore - GEORGE STERFSON BARROS, inscrito no CPF sob o nº 047.575.212-00, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº de de de 200..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., publicada no de/...../20..., processo administrativo nº 23254.000101.2020-56, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no termo de referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e suas alterações, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para Aquisição de equipamentos de informática para oferta de atividades escolares não presenciais aos estudantes da unidade do IFRR e atividades remotas de servidores, especificado(s) no(s) item(ns)..... do do Termo de Referência, anexo do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta registrada, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Prestador do serviço (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante) | | | | |
|---|-----------------------------|-------------------------|------------|-------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário |
| 1 | | | | |
| 2 | | | | |
| 3 | | | | |
| ... | | | | |

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 O órgão gerenciador será o Campus Amajari do IFRR.

3.2 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

| Item nº | Órgãos Participantes |
|---------|----------------------|
| | |
| | |
| | |

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993, e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.2 A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério da Economia.

4.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.5 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.6 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.7 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.8 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

5. VALIDADE DA ATA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir do(a) ato de assinatura, não podendo ultrapassar, no caso de prorrogações, o prazo total de 12 meses.

5.1.1 A Ata de Registro de Preços será automaticamente cancelada caso advenha a causa de cessação de vigência da Lei nº 13.979/20 prevista no seu art. 8º.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

6.3 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

Nota Explicativa: Suprimir o item quando inexisterem outros fornecedores classificados e registrados na ata.

6.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4 Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1 Por razão de interesse público; ou

6.9.2 A pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1 As sanções do item acima também se aplicam a integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2 É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3 O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do

fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

8.2 É vedado efetuar alterações nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive as de que trata o art. 4º-I da Lei nº 13.979/20, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

8.3 A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º, do Decreto n. 7.892, de 2013.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Amajari - RR, 27 de novembro de 2020.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

CERTIFICAÇÃO PROCESSUAL

Portaria PGF n. 263, de 05 de maio de 2017, art. 10.

| IDENTIFICAÇÃO PROCESSUAL |
|---|
| Processo n. 23254.000101.2020-56 Volume (s): 1 Há processo (s) apensado (s)? (X) Não () Sim <i>Caso sim, identifi-cá-lo (s):</i> Processo n. Interessado (s): Daniel Dias Rodrigues (DEN) |
| CARACTERIZAÇÃO LICITATÓRIA |
| (X) Aquisição Solicitação nº: (SEI 01/2020) () Serviços Solicitação nº: Formalização () MODALIDADE: () Adesão SRP () Aditivo () Concorrência () Concurso () Consulta () Convite () Leilão () Leilão () Pregão (X) Pregão com SRP () RDC () Tomada de Preços CONTRATAÇÃO DIRETA () Dispensa () Inexigibilidade |
| TIPO: (X) Menor Preço: (X) por item () por grupo () por item e grupo () Melhor Técnica () Técnica e Preço Descrição do objeto: Aquisição de equipamentos de informática. Valor Estimado aquisição: R\$ 1.652.556,30 (um milhão, seiscentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos) |

CERTIFICO:

Que as minutas integrantes do presente processo foram extraídas do sítio eletrônico da Advocacia-Geral da União – AGU (Modelos de Licitações e Contratos) no endereço <http://www.agu.gov.br>;

Que conferi tratar-se de modelos de minutas atualizados, nos termos da Portaria PGF n. 263, de 05 de maio de 2017; e

Que a instrução processual foi devidamente cotejada com as listas de verificação (*checklists*) disponíveis no mesmo sítio acima apontado, justificando nos autos os documentos faltantes (*caso seja necessário*).

DECLARO que:

| |
|---|
| <p><input type="checkbox"/> Não foram realizadas quaisquer alterações nas minutas.</p> |
| <p>(X) Foram incluídos os trechos <u>negritados e sublinhados</u> na minuta de:</p> <p><input type="checkbox"/> Edital <input type="checkbox"/> Contrato (X) Termo de Referência</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: Ata de Registro de Preços</p> <p><u>Pelos motivos a seguir expostos (especificar item incluído):</u></p> <p>Para que o mesmo reescreva as informações do estudo técnico e do objeto a ser adquirido;</p> |
| <p>(X) Foram suprimidos os trechos indicados pela expressão (SUPRESSÃO) na minuta de:</p> <p><input type="checkbox"/> Edital <input type="checkbox"/> Contrato (X) Termo de Referência</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: Ata de Registro de Preços.</p> <p><u>Pelos motivos a seguir expostos (especificar item suprimido):</u></p> <p>No Termo de referência, foram suprimidos os itens 1.2; 1.3; 1.4; 3.3; 6.2; 13 e 15; do modelo do termo de referência da AGU, por não atender ao objeto;</p> |
| <p><input type="checkbox"/> Foi incluída cláusula específica na minuta de:</p> <p><input type="checkbox"/> Edital <input type="checkbox"/> Contrato <input type="checkbox"/> Termo de Referência</p> <p><input type="checkbox"/> Outros: _____</p> <p><u>Pelos motivos a seguir expostos (especificar cláusula):</u></p> |

DECLARO, ao final, possuir competência para firmar a presente certificação.

Amajari - RR, 27 de novembro de 2020.

INTEGRANTE TÉCNICO

INTEGRANTE REQUISITANTE

Anderson Menezes de Alcantara
Matrícula/SIAPE: 3006416

Daniel Dias Rodrigues
Matrícula/SIAPE: 2325201

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

Diego Jose Sales de Araujo
Matrícula/SIAPE: 2113916

Documento assinado eletronicamente por:

- George Sterfson Barros, DIRETOR GERAL - CD2 - DG-CAM (CAM), em 27/11/2020 09:56:48.
- Anderson Menezes de Alcantara, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 27/11/2020 09:51:26.
- Daniel Dias Rodrigues, COORDENADOR DE CURSO - FUC1 - CCTAGRI (CAM), em 27/11/2020 09:47:41.
- Diego Jose Sales de Araujo, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 27/11/2020 09:44:37.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/11/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrr.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 57622

Código de Autenticação: 0549600cd2

